



Capela de Nossa Senhora da Ajuda e morgadio dos Piornais. António Favila e Maria de Vasconcelos, Funchal (Madeira), 1540-41.

O vínculo de capela de Nossa Senhora da Ajuda e morgadio dos Piornais é interessante a muitos níveis. Beneficia, desde logo, da existência de uma monografia alicerçada numa recolha arquivística vasta e laboriosa – documentos do Juízo de Resíduos e Capelas do Funchal, do Arquivo e Biblioteca da Madeira, em que se destacam os autos de conta, de difícil leitura; documentos do Arquivo diocesano do Funchal; diversos outros, permitindo a construção de instrumentos de trabalho publicados no livro, que conta também com a transcrição de vários inéditos. Depois, em termos de interpretação histórica, permite trazer à colação temas como a vinculação no espaço atlântico e o seu papel na colonização de territórios rapidamente transformados em lucrativas sociedades – sendo o lucro um dos substratos da fundação, patente, entre outras coisas, no luxo das alfaias e ornamentos da capela; a forma como esta colonização civil foi acompanhada pelo estabelecimento de circunscrições eclesiásticas, cujo incremento muito dependeu dos leigos fundadores e padroeiros dos templos; o modo como as vicissitudes económicas gerais afetaram estas instituições; as complexas relações familiares, por vezes de solidariedade, por vezes de rivalidade; e, num momento final após a própria extinção dos vínculos, a existência de um desejo de continuidade, consagrado na transmissão dos bens pelo último morgado, António João da Silva Bettencourt Favila, falecido em 1876, sem filhos, cujo testamento, de 1874, pode ser considerado quase um expoente perfeito da longa duração da mentalidade vincular (PAREDES: 72-79).

A capela de Nossa Senhora da Ajuda e o morgadio dos Piornais foram fundados por António Favila (m.1545), cavaleiro da casa real, e sua mulher, Maria de Vasconcelos (m. 1544). O casal, através de vários atos jurídicos, entre 1540-1541, institui um “morgado com capela”, com sucessão por primogenitura na linha varonil, e dota a capela com os bens necessários à sua existência. Se não se conhece o testamento conjunto onde o vínculo é primeiramente criado, um dos documentos fundacionais, a escritura de dotação da capela, foi conservada nos “Autos” mandados fazer pelo Arcebispo do Funchal, D. Martinho de Portugal, em 1540 (PAREDES: 35-37; edição dos autos: 213-223; escritura: 218-219). Todo o processo transmite importantes detalhes. A escritura de dotação, de 7 de Janeiro de 1541, descreve as características gerais do pequeno templo, indica os sucessores e a forma de sucessão, os encargos e a dotação que os manteria. A vistoria subsequente, feita nos dias finais daquele ano pelos oficiais eclesiásticos, permite conhecer a ermida primitiva, claro testemunho do que teriam sido as capelas vinculadas da época do “Ouro Branco”. De pedra e cal, com porta de cantaria, um alpendre forrado de madeira de cedro e um pequeno campanário, albergava um valioso recheio: “um retábulo de Flandres novo, da invocação da Nossa Senhora da Ajuda, de dezasseis palmos aberto com as portas, e de altura que chega assim ao forro, com umas cortinas brancas novas com sua franja”,

um “crucifixo dourado de Flandres”, alfaias, mobiliário, toalhas e vestimentas sacras, igualmente de valor e beleza.

A carta de confirmação do padroado, de Março de 1541, fechou esta primeira fase de vida do vínculo, autorizando o culto público na capela, que servia os colonos das fazendas vizinhas, distantes do Funchal (PAREDES: 220-21). A ilustração clara da relação privada coexistente – sem que tal constituísse contradição - verifica-se anos depois, quando os fundadores são sepultados na ermida. O primeiro morgado viria a ser o primogénito de António e Maria, Fernão Favila de Vasconcelos. Ainda na sua geração, a natureza de panteão familiar reforça-se pela instituição de capelas próprias, agregadas à de seus pais, por dois filhos dos fundadores, Maria e Duarte (1553 e 1556). Não menos interessante, e aqui sim, com traços de originalidade, é a instituição de uma quarta irmã desta fratria, Inês Moniz, de 28 de Agosto de 1587. Solteira, tendo sempre beneficiado da proximidade do irmão morgado, gozando das devidas legítimas, Inês deixa um vínculo a suas sobrinhas, com sucessão “por linha direita em fema” (PAREDES: 33-35). Se bem que existam outros casos, são bastante raros, o que leva a que se talvez se possa falar de uma “Favella feminista” (PAREDES:33).

Nem tudo foi fácil na vida subsequente do vínculo, num padrão de acontecimentos que se irão tornar, um século mais tarde, nas principais razões dos defensores da extinção deste tipo de propriedade: a sustentabilidade económica dos vínculos, a imobilidade dos bens, e as querelas sucessórias. As vicissitudes da economia madeirense, com o declínio da importância do açúcar, terão jogado um papel importante em falhas de cumprimento dos encargos pios - em 1601, por missas não celebradas, o Juízo do Resíduo e Capelas apreendeu a produção de açúcar do primeiro morgado, que morreu nesse mesmo ano. A morte, em sua vida, do filho e sucessor, deixando apenas filhos menores, abriu a frequente disputa entre o tio e o sobrinho herdeiro, frequente quando não fora consagrado na fundação o “direito de representação” (ROSA:294-295). Ganhou a contenda o neto primogénito do primeiro morgado, de seu nome Fernão Favila de Vasconcelos, consagrando a sucessão em linha de primogenitura. A sua condenação em 1615, de novo por falta de cumprimento dos encargos pios, revela problemas sistémicos. O morgado responsabilizou pela dívida da capela os seus tios, sobretudo Diogo de Bettencourt Favila, que encabeçara temporariamente o vínculo; atribuiu a falta de quitação de missas à perda de papéis do desmembrado cartório do escrivão eclesiástico; alegou por fim, que a esmola estipulada por Duarte Mendes de Vasconcelos, seu tio-avô, era excessiva visto o rendimento do morgadio. Uma sentença de 12 de Setembro de 1628 desobrigou o morgado “Moço” de 900 mil reis de dívida. (PAREDES: 53-54).

Irá suceder-lhe o sobrinho, o capitão Pedro da Silva Favila de Vasconcelos – provedor da Misericórdia do Funchal, vereador da Câmara e juiz de fora. A ele se deve a importante ação de conservação do vínculo, que demonstra consciência da relevância da manutenção de arquivo próprio. Aprendera porventura com o pai, que se considerou vítima da desorganização do cartório eclesiástico; em qualquer caso, acompanhou uma tendência crescente desde início do século XVI, simultânea à complexificação das estruturas burocráticas da Coroa. Solicitou certidão dos testamentos, inventários, partilhas e papéis da instituição do morgadio, formando um «Livro do Morgadio». Pelo que se pode saber de testemunhos fragmentários, pois está perdido, seria um misto de tomo de documentos e demarcação de propriedades, garantindo a memória de pessoas e bens (PAREDES: 61-63). Administrador cumpridor entre 1639 e 1654, o terceiro morgado foi condenado em 1682 por 179000 reis de missas caídas. A história subsequente do vínculo é uma longa sucessão de tentativas, mais ou menos bem sucedidas, de

manter os encargos e os bens, até à morte do último morgado, ocorrida já depois da extinção dos vínculos.

Maria Favila Vieira da Cunha e Maria de Lurdes Rosa

Coordenação: Maria de Lurdes Rosa

BIBLIOGRAFIA

PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, et al. - A capela de Nossa Senhora da Ajuda e os morgados dos Piornais (S. Martinho, Funchal): séculos XVI-XXI. Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2021.

ROSA, Maria de Lurdes - As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

